

DISCURSO PROFERIDO PELO DR. OLAVO SETUBAL, COMO PARTICIPANTE
DA REUNIÃO ALMOÇO OFERECIDO PELO ROTARY CLUB DE SÃO PAULO,
EM 21/03/80 - TEMA: "O EMPRESÁRIO E A POLÍTICA".

Meus Caros Amigos,

É com grande satisfação que volto ao Rotary Club, do qual fui membro durante 8 anos, que me deixaram uma lembrança extremamente feliz, de momentos de alegre convívio. Hoje, ainda tenho oportunidade de rever aqui velhos e queridos amigos daquele tempo.

A última vez que aqui estive, era Prefeito de São Paulo e falei sobre os problemas da Cidade, especialmente de enchentes, que ainda são tão atuais. Hoje, venho para o tema "O Empresário e a Política", que acho ser da mais alta relevância.

Afinal, o empresário, o executivo e o administrador já não falam mais apenas a linguagem do capital. Pelo contrário, têm consciência de que a dignidade do homem pressupõe algumas condições éticas fundamentais, como a fé na liberdade e a crença nos direitos humanos. E a empresa moderna, hoje, é unidade orgânica ativa e dinâmica - uma coletividade que, não importando seu tamanho, é decorrente de

./.

uma bem sucedida somatória de trabalho, tecnologia e recursos.

É isto que nos permite reconhecer, neste momento em que o país busca uma ordem mais aberta e mais justa, que a preocupação com o bem-estar dos assalariados deve ser tão ou mais importante do que a preocupação com o afluxo de recursos. Vale dizer: tanto quanto o político, também o empresário, o executivo e o administrador têm uma relação de responsabilidade para com sua coletividade.

O ato administrativo e o ato político encontram seu denominador comum na dimensão do valor da ação humana. Em outras palavras, os instrumentos e o campo de ação do administrador público e do administrador privado podem ser diferentes, mas seu universo é o mesmo e os limites éticos são comuns. De tal forma de que nada adiantaria ao homem a sua realização profissional sem que, paralelamente, ele não pudesse realizar-se como cidadão. E tal realização, sem nenhum quixotismo de minha parte, está intimamente associada às preocupações de natureza social.

Meus amigos. Se hoje procuramos nos redimir dos erros do passado e nos esforçar para a construção de um Brasil democrático, de forma alguma podemos ignorar as lições da história. E elas nos ensinam que se não se pode substituir um quadro de anarquia e desordem, como o de antes de 1964, por um contexto autoritário e corporativista, sob pena de se transformar a estabilidade política e a legitimidade do poder em simples utopia.

Os anos 60 marcaram, no seu início, a inviabilidade de um regime de contornos populista e nacionalista, dada a fragmentação do poder decisório e a radicalização do conflito ideológico. E eles registraram, igualmente, sua substituição por um novo sistema político, voltado para a modernização da máquina administrativa, para o controle da inflação e para o desenvolvimento econômico viabilizado pela associação de empresas nacionais privadas e públicas com corporações estrangeiras.

O grande erro, porém, foi a criação de uma fronteira drástica entre a linguagem da eficiência e a preocupação social. Em nome da negação do populismo distributivista e de uma excitação nacionalista, o novo regime substituiu as antigas elites políticas por novas elites tecnocráticas. E, em nome do desempenho econômico e de um futuro estado de bem-estar social, esvaziou-se o Congresso e impôs-se um sistema bipartidário artificial e sufocante.

É certo que as autoridades procuraram justificar essa situação como um imperativo do processo de modernização. Mas subestimaram os riscos inerentes à estratégia de legitimar o exercício autoritário do poder pela eficácia da política econômica. Vale dizer: não imaginaram que, quando o processo de legitimação foi condicionado somente ao bom desempenho governamental, qualquer declínio na eficiência acabaria provocando forte impacto político.

Àquela altura, ainda não se acreditava que a instabilidade do sistema monetário mundial tivesse graves reflexos para nossa economia. Como também não se deu a devi-

da importância à nossa dependência do petróleo importado. E, muito menos, enfatizou-se a recessão da economia ocidental, agravada pela espiral inflacionária. Respirávamos, meus senhores, o ufanismo de estatísticas discutíveis, enquanto a tensão social aumentava, sem poder ser canalizada pelos canais institucionais - um Legislativo independente e partidos representativos.

Esse fenômeno da tecnocratização da política conduziu a um Estado corporativista e intervencionista, o que exigiu a expansão dos quadros burocráticos e de uma abrangente concepção de segurança nacional, determinando, de um lado, um enorme esforço de mobilização técnica e financeira; e, de outro, a colocação das questões sócio-políticas a segundo plano.

Essa situação, todavia, não podia perdurar sem um pesado ônus social. Com a questão energética, com a crise do dólar e com a recessão mundial logo apareceram os pontos de estrangulamento do modelo autoritário e corporativista. Como o regime condicionara sua legitimidade à sua própria eficiência, a crise econômica imediatamente se converteu numa profunda crise política. Cada dificuldade momentânea tornava-se uma crise estrutural. E o achatamento salarial, a construção de obras faraônicas e a ênfase de produção de bens duráveis de consumo ampliou cada vez mais o hiato entre o Estado e a sociedade.

Assim, as eleições se converteram em verdadeiros plebiscito, nas quais os eleitores não votavam em candidatos ou manifestavam simpatia ideológica por este ou por aque-

le partido: o que faziam, isto sim, era aprovar ou reprovar, integralmente, o sistema vigente.

O partido do governo, por exemplo, jamais teve autonomia e viveu das concessões de favores. E o partido da oposição, por seu turno, jamais alcançou coerência programática. Nesse sentido, as eleições legislativas de 1978 apenas confirmaram a explosão dos limites institucionais partidários.

Foi por isso que, depois do enquadramento do exercício do poder numa nova legislação, o presidente Figueiredo em boa hora decidiu permitir a reorganização partidária. Agindo assim, ele tornou possível um controle um pouco maior da tecnocracia. Do mesmo modo como evitou que as organizações classistas continuassem fora do espaço institucional, comportando-se corporativamente. O que traduz uma tentativa de cooptação da sociedade, a qual descobriu, por si, a importância de se articular para diminuir a distância que a separa do Estado.

A abertura, portanto, foi o caminho que as autoridades encontraram para superar a rigidez do condicionamento do desenvolvimento político à performance econômica. E ela resultou basicamente, da capacidade decrescente do regime de canalizar apoio popular. Na medida em que a sociedade não se deixou cooptar, a distensão tornou-se um processo irreversível. Por isso mesmo, hoje, assistimos a um profundo, saudável e conseqüente debate político que visa, justamente, encontrar um grau ótimo de democratização entre o que é oferecido pelo Estado e o que é exigido pela sociedade.

Como empresário, venho tentando participar politicamente desse processo de democratização. Mais do que a realização profissional, interessa-me a realização como cidadão, na consecução de uma ordem mais justa e mais aberta.

A meu ver, o futuro brasileiro depende desse grau ótimo a que me referi. As saídas radicais, que provocam mais transtornos do que vantagens, já se encontram descartadas. Sei que os partidos talvez não sejam tudo numa democracia. Mas, certamente, são o mais importante ponto de partida para a construção de um sistema político democrático, no qual a linguagem da eficiência esteja submetida a aprovação popular.

Afinal, o exercício da democracia exige o fortalecimento das instituições e não somente sua regulamentação formal. E, aqui, invoco outra vez a História - eu, que venho de uma geração esmagada pelo Estado Novo e que, no período liberal que se seguiu, encontrou-se despreparada para construir uma ordem democrática. As instituições estáveis, meus senhores, são obtidas pela competição aberta. E a estabilidade democrática depende de formas mais representativas de participação política.

A consciência disso, meus amigos, é que me fez lançar ao desafio de articular um partido liberal, moderno e consequente. Um partido que acredita na possibilidade

de um regime que institucionalize o dissenso. Um partido consciente de que, hoje, o desafio brasileiro é encontrar uma fórmula que unifique as reivindicações de liberdade, no plano político, com as reivindicações de igualdade, no plano sócio-econômico.

Para encerrar, quero enfatizar a minha visão de que o empresário não pode se furtar à sua contribuição de cidadão, pois o cidadão que almeja para seu País um regime democrático, não pode deixar de participar da vida política, assumindo suas responsabilidades dentro desse sistema que todos defendemos, que é o da liberdade.

Muito obrigado.